



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ,
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021.

MESA EXECUTIVA: LENI DE OLIVEIRA
ALESSANDRO CEZAR TORQUATO
ADENILSON WAGNER FELIPE

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná à hora regimental e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, instalada na Rua Senador Souza Naves nº 371, presentes os Senhores Vereadores: ADENILSON WAGNER FELIPE, ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, LENI DE OLIVEIRA, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO CEZAR MIYAZAKI, RAFAEL GOUVEIA GRECA e SANDRA MARIA DE SOUZA, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, sob a presidência da Senhora Vereadora LENI DE OLIVEIRA e secretariada pelos Vereadores Alessandro Cezar Torquato e Adenilson Wagner Felipe. Verificada a existência de número legal, a Senhora Presidente, declarou em aberto os trabalhos da presente Sessão. Em seguida convidou o vereador Rafael Greca, para fazer a Leitura Bíblica. Prosseguindo determinou a secretária da Casa que procedesse a leitura da ATA da DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, realizada em 24 de maio de 2021, a qual lida e julgada conforme, foi aprovada sem observação. Continuando a Senhora Presidente solicitou a secretária da Casa que procedesse a leitura das matérias constantes do **EXPEDIENTE**: Ofício nº 315/2021, datado de 27 de maio de 2021, de autoria Prefeito Municipal, Michel Ângelo Bomtempo, encaminhando o Projeto de Lei nº 031/2021, de 26 e maio de 2021, Súmula: Altera o nome da Biblioteca “Sesi Industria do Conhecimento” para Biblioteca Professora Maria José Silva Santos e dá outras providências e Projeto de Lei nº 032/2021, de 26 e maio de 2021, Súmula: Institui o dia 1º de maio como data oficial do Encontro Regional de Carros Antigos e Motos e dá outras providências. Ambos despachados A COMISSÃO DE JUSTIÇA E FINANÇAS PARA OPINAR; Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021, datado de 28 de maio de 2021, de autoria dos vereadores Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz, Alessandro Cezar Torquato, Sandra Maria de Souza, Adenilson Wagner Felipe e Paulo Cezar Miyazaki, Súmula: Susta o artigo 6º da Portaria nº 180/2021 de 12 de abril de 2021, que Designa servidores para compor a Comissão de Auxílio-Alimentação, nos termos do Art. 5º da Lei Municipal nº 1062/2009: A COMISSÃO DE JUSTIÇA PARA OPINAR; Indicação nº 027/2021, de 26 de maio de 2021, de autoria do vereador Alessandro Cezar Torquato, solicitando a alteração do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob nº 038/2021, para que seja determinado o valor máximo de até cento e cinquenta mil reais, para aquisição do veículo 0 km, para utilização do gabinete do Prefeito Municipal: OFICIE-SE. Terminado os despachos, por questão de ordem o Vereador Rafael Greca, após fazer as suas considerações, solicitou que os Projetos de Lei sob nº 031 e 032/2021, fossem inseridos na presente Ordem do Dia e votados em única discussão e votação, tendo em vista os respectivos pareceres das comissões permanentes favoráveis à sua aprovação. Livre a palavra aos senhores vereadores, não havendo manifestação, foi aprovado o pedido do vereador Rafael Greca. Também por questão de ordem o Vereador Carlos Junior da Silva, após fazer as suas considerações, solicitou que o Projeto de Decreto Legislativo sob nº 001/2021, fosse inserido na presente Ordem do Dia e votados em primeira discussão e votação, nesta oportunidade. Livre a palavra aos senhores vereadores para discussão do



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

pedido do vereador Carlos Junior, dela fez uso o vereador Rafael Greca, que após saudar a todos, salientou que como presidente da Comissão de Justiça, gostaria de analisar melhor esse projeto de decreto, portanto solicitou que o mesmo não fosse apreciado e votado em primeira votação na presente sessão. Ao que o vereador Junior solicitou que colocasse em votação o seu pedido. Nesse momento a Senhora Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos. Reaberto os trabalhos, a senhora Presidente informou que continuava livre a palavra aos senhores vereadores para discussão do pedido do vereador Carlos Junior. Fez uso o vereador Rafael Greca solicitando aos colegas vereadores que tem sustentado a base do executivo, que não votasse para que o projeto seja votado nessa oportunidade, tendo em vista a lealdade que tem recebido da administração municipal, e seu pedido seria para que não fosse votado nesta noite para que a comissão possa analisar melhor a matéria e na próxima sessão, ou quando achar pertinente poderá ser votado, motivo pelo qual pediu apoio dos vereadores da base. Usa da palavra o vereador Carlos Junior, dizendo que não é oposição ao prefeito, e que não está falando sobre quem é oposição ou situação, quem é ou não da base, e sim falando de quatrocentos funcionários públicos, de projeto de foi votado que não está sendo cumprido o contido na lei. Disse que estão sendo massacrados nas ruas pelos servidores que estão apresentando atestado, porém perdendo o vale no mês, porém não foi isso que foi votado, e ainda, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos, portanto não é questão de base ou oposição, somente está fazendo aquilo que acredita ser certo e cumprindo a lei. Ninguém mais desejando se manifestar, dada a votação foi aprovado por sete votos a um o pedido do vereador Carlos Junior. Passando em seguida ao período da ORDEM DO DIA. A Senhora Presidente procedeu a leitura das matérias constantes: Parecer de autoria da Comissão de Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Tomada de contas, datado de 03 de maio de 2021, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 031/2021, de 26 e maio de 2021, Súmula: Altera o nome da Biblioteca “Sesi Industria do Conhecimento” para Biblioteca Professora Maria José Silva Santos e dá outras providências. Livre a palavra aos senhores vereadores para discussão do projeto, dela fez uso o vereador Adenilson Wagner Felipe. Inicia saudando a todos. Em seguida teceu comentários sobre o projeto em questão, o qual vem homenagear a Professora Maria José Silva Santos, que o prédio que foi cedido e hoje está funcionando como a secretaria de educação, já tinha o nome da professora Maria José, e nada mais justo agora denominar um outro local, ou seja a Biblioteca do Sesi, em sua homenagem. Ninguém mais desejando se manifestar, dada a votação, foi aprovado por unanimidade de votos em única discussão e votação; Parecer de autoria da Comissão de Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Tomada de contas, datado de 03 de maio de 2021, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 032/2021, de 26 e maio de 2021, Súmula: Institui o dia 1º de maio como data oficial do Encontro Regional de Carros Antigos e Motos e dá outras providências. Livre a palavra aos senhores vereadores para discussão do projeto, dela fez uso o vereador Carlos Junior da Silva, dizendo que esse projeto de lei foi uma promessa do prefeito Michel Ângelo Bomtempo que hoje está sendo cumprida, portanto parabenizou o prefeito Tuti, mesmo porque esse clube trará muito retorno, quando se fala em turismo em nossa cidade, porque levará o nome do nosso município ao cenário nacional, devido ao número expressivo de simpatizantes de carros antigos e com certeza essa câmara irá aprovar e apoiar esse projeto. Ninguém mais desejando se manifestar, dada a votação, foi aprovado por unanimidade de votos em única discussão e votação; Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2021, datado de 28 de maio de 2021, de autoria dos vereadores Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz, Alessandro Cezar Torquato, Sandra Maria de Souza, Adenilson Wagner Felipe e Paulo Cezar Miyazaki, Súmula: Susta o artigo 6º da Portaria nº 180/2021 de 12 de abril de 2021, que Designa servidores para compor a Comissão de Auxílio-



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Alimentação, nos termos do Art. 5º da Lei Municipal nº 1062/2009. Livre a palavra aos senhores vereadores dela fez uso o vereador Rafael Greca, dizendo que irá se abster dessa votação, tendo em vista que não teve acesso ainda ao conteúdo do projeto e que deseja analisá-lo com mais cautela para não ser indelicado com os colegas vereadores, mas também se perguntasse quem leu o projeto, muito provavelmente poucos iriam dizer que leram. Portanto está só justificando seu posicionamento, podendo na próxima votação estar de acordo, mas precisa desse tempo para analisar o projeto. Fez uso da palavra o vereador Carlos Junior, justificando que esse projeto de decreto legislativo foi resultado de uma conversação entre os vereadores desde a semana passada e a maioria dos vereadores estão atentos e não se trata de quem é da base ou não, no entanto os vereadores estão sendo cobrados por uma coisa que não assinaram, por isso chegaram à conclusão de que não foi o que está na portaria que foi votado e o projeto deveria ter sido cumprido no quesito que todas as faltas justificadas passariam pela comissão antes de cortar o vale. A comissão analisaria os atestados e após o parecer e não o contrário, perder automaticamente. Disse que o funcionário será ressarcido no próximo mês, uma vez o atestado sendo validado, no entanto para quem recebe um salário mínimo, não precisa receber dobrado no próximo mês e sim dentro do mês para poder suprir as necessidades de sua família. E ainda nesse tempo de pandemia o risco de transmissão tende a aumentar, porque o funcionário não correrá o risco de perder o vale sem ter a certeza de que está ou não transmitindo o vírus, e isso deve ser pensado. Falou ainda que quando fizeram a emenda no projeto já foi pensando nessas possibilidades e no artigo sexto da portaria não está de acordo com o que foi votado no projeto inicial e os vereadores foram eleitos para legislar de maneira correta, independentemente de qualquer coisa. Esse foi o motivo de ter solicitado que o projeto fosse votado em duas votações, para que os vereadores pudessem alisar melhor e votar da forma correta. Falou continuando que já ouve ocasiões em que alguns projetos foram votados em única discussão e votação e depois aconteceram arrependimentos, de não terem lido e entendido, portando sugeriu que fosse seguido o regimento interno e tudo fosse votado em duas votações para que haja tempo hábil para todos os vereadores ler e estudar as matérias, mesmo porque em uma semana muitos pensamentos e decisões podem mudar, para tanto pediu aos vereadores que a partir de agora, todos os projetos sejam votados em duas votações seguindo o contido no Regimento Interno da Casa. Retorna a usar da palavra o vereador Rafael Greca, argumentando que quando o vereador Carlos fala que deve ser seguido todas as votações nessa Casa, em duas votações, acredita que todos são maduros e conscientes para entender que os projetos que foram votados em única discussão e votação, o foram feitos porque era pertinente e qual o sentido de votar em duas votações um projeto denominando a Biblioteca Sesi, ou seja, não há necessidade alguma de votar projetos de simples complexidade em duas votações. Questionou se os vereadores não têm capacidade para discernir o que é simples ou não, e taxar uma regra, sendo que há possibilidade de votar coisas simples e resolve-las no princípio da celeridade administrativa e da eficiência da administração pública e protelar para quê. Disse que se posiciona porque acredita que essa câmara tem a altura e competência para assumir as responsabilidades de encarar as votações simples, resolvidas, sem sentidos de maiores discussões numa única discussão e votação os projeto simples e os mais complexos sejam votados em duas votações. Novamente retorna a palavra o vereador Carlos Junior dizendo que entende o posicionamento do Nobre Colega, porém não está falando desses projetos simples, mas como bem dito pelo Colega, não teve tempo para ler esse projeto de decreto apresentado hoje, em sendo votado em duas sessões, os vereadores terão um maior tempo para ler, analisar e votar as matérias mais complexas, para que não aja transtornos depois de aprovados, citou como exemplo o projeto do vale, que na época solicitou que não fosse votado em uma votação sem fazer as



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

devidas emendas. Portanto tem projetos que podem ser votados em única, mas tem outros que não, principalmente quando se trata de pessoas, de economia e da sociedade, tem sim que haver tempo para que ninguém vá para casa com dúvidas. Fez uso da palavra a vereadora Sandra Maria de Souza, após saudar a todos, falou sobre o projeto de decreto que está sendo apreciado nessa noite o qual susta o artigo sexto da portaria 180/2021. Disse que esse projeto já vem de um longo tempo de discussão, foram feitas emendas, e os vereadores tentaram fazer o melhor, talvez não saiu da forma com que todos almejavam, porém tentaram de todas as formas para que os servidores não fossem prejudicados, e diante desse artigo que consta na portaria, não condiz com o que os vereadores aprovaram no projeto, portanto como vereadores devem ser honrados e respeitados naquilo que foi votado, o que na portaria foi modificado e os vereadores estão sendo muito abordados e sendo cobrados pelo funcionários que estão perdendo o vale, antes mesmo dos atestados serem analisados. Portanto o que se espera é que o texto original do projeto seja cumprido na portaria. Usa da palavra o vereador Rafael dizendo que gostaria de esclarecer que democraticamente se a maioria decidiu que vai votar em primeira votação deixa claro que reconhecerá as vitórias e as derrotas obtidas democraticamente nesta Casa e não tem nada a contestar. Falou continuando que seu posicionamento não significa que é contra esse projeto, simplesmente quer um tempo para analisá-lo e posteriormente na segunda votação poderá votar contra ou a favor do projeto, porém hoje irá se abster de votar. Usa da palavra o vereador Alessandro Torquato, inicia cumprimentando a todos. Em seguida falou que a questão é que o funcionário que está apresentando atestado está perdendo o vale, o que não pode acontecer, mesmo porque não poderá esperar receber dobrado no próximo mês. Argumentou que os vereadores estão sendo procurados e cobrados, estando obvio que é os funcionários que estão sendo prejudicados, portanto nesse caso até mesmo em uma votação seria viável para resolver essa situação, mesmo porque não foi nas condições do artigo sexto da portaria que os vereadores votaram. O vereador Adenilson Felipe fez uso da palavra, dizendo que entende o posicionamento do vereador Rafael Greca quando diz que precisa de um tempo para analisar o projeto, e também entende o posicionamento dos demais vereadores, porém na sua concepção a comissão deveria avaliar os atestados durante o mês, antes do fechamento da folha de pagamento. Levou em conta também a questão da pandemia, que existem muitas pessoas que estão indo trabalhar com sintomas do covid para não perder o seu vale e isso é prejudicial e poderá trazer resultados trágicos e perdas de pessoas. Disse que entende, mas é preciso que a comissão analise dentro dos trinta dias para que não aconteça de o servidor receber no mês seguinte e sofra as consequências, e que é preciso os vereadores votar com consciência e seguir aquilo que foi proposto anteriormente e fazer valer a decisão dos vereadores e dar um retorno aos servidores. O Vereador Carlos Junior novamente usou da palavra para falar que houve uma alteração na portaria 180 e que foram acrescentadas mais pessoas para analisar os atestados, isso é importante, mas em nenhum momento foi citado sobre o artigo sexto e que não adianta aumentar as pessoas para julgar os atestados se os funcionários automaticamente estão perdendo o vale. Frisou que é somente isso que está sendo analisado, que não está fazendo política com o servidor público, não é situação nem oposição, está somente tentando fazer a coisa certa, e o vereador Rafael sabe perfeitamente quais são os projetos de relevância que devem ser analisados e votados em duas votações. Ninguém mais desejando usar da palavra, dada a votação, foi aprovado por sete votos favoráveis e uma abstenção do vereador Rafael Greca em primeira discussão e votação. Esgotadas as matérias em pauta, passou-se ao período final das EXPLICAÇÕES PESSOAIS. A Senhora Presidente deixou livre a palavra aos senhores vereadores. Pronunciamentos dos senhores vereadores, foram gravados em mídia

